

História da ciência geográfica: espectro temático e uma versão descritiva

History of geographical science: thematic spectrum and a descriptive version

Dante Flávio da Costa Reis Júnior¹

Resumo: Este texto divulga à comunidade de historiadores da ciência, iniciativas até então empreendidas por geógrafos brasileiros no sentido de praticar pesquisas e produzir documentos consagrados à historiografia da disciplina. Na geografia brasileira especialmente, trabalhos alinhados com história da ciência começam a aparecer com gradativa maior nitidez a partir da década de oitenta. Com os anos, vários ângulos temáticos foram sendo explorados – vindo a definir contornos de um âmbito característico que hoje, no país, chamamos “História do Pensamento Geográfico”. No entanto, ainda não se dispõe, em língua portuguesa, de obras volumosas que tratem desta história pelo viés panorâmico-descritivo – o que seria um trunfo para o ensino da matéria. Por outro lado, da literatura corrente deduz-se, com relativo consenso, certa “trajetória evolutiva” sofrida pela Geografia: do empirismo oitocentista ao abstracionismo contemporâneo. E desta mesma trajetória, é possível deduzir, para a microescala dos estudos de caso nacionais, determinadas inflexões e mudanças de paradigma.

Palavras-chave: história da geografia; tradição clássica; revolução teórica; discurso radical; caso brasileiro.

Abstract: *This paper divulges to the historians of science community the actions undertaken so far by Brazilian geographers in order to do research and produce documents devoted to the historiography of their discipline. In Brazilian geography in particular, the works related to history started to be seen, gradually clearer, from the eighties on. Over the years many thematic perspectives have been explored – defining the contours of a specific field that we call “History of Geographical Thought”. However, there are not any voluminous books in Portuguese dealing with this history from the panoramic and descriptive bias – what would be great for teaching. On the other hand, from the current literature it can be drawn, with relative consensus, certain “evolutionary trajectory” of Geography: from the nineteenth century empiricism to the contemporary abstractio-*

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UnB. Doutor em Ciências pela UNICAMP (2007) Licenciado em Geografia pela UFPEL (2000). Contato: dantereis@unb.br

nism. And from this same trajectory it can be deduced, to the micro-scale of the national case studies, certain inflections and paradigm shifts.

Keywords: *history of geography; classical tradition; theoretical revolution; radical discourse; Brazilian case.*

Introdução

Derivados de pesquisas acumuladas há já vários anos, o diagnóstico e observações que compõem este artigo cumprem a função de dar publicidade à comunidade brasileira de historiadores da ciência algumas características que – a princípio peculiares à forma como se desenvolveram a prática e o pensamento geográficos no Brasil – podem também se manifestar (decerto, sob outras feições, noutras intensidades e/ou circunstâncias) na história recente das demais jurisdições disciplinares.

Para isso, trataremos aqui de dois cortes temáticos, comentando-os, a fim de melhor esclarecê-los ao leitor não-geógrafo, com algumas correspondentes ilustrações. Respectivamente aos “cortes”, disporemos: 1º) um mostruário de temas ultimamente explorados por geógrafos brasileiros – temas estes que guardam notável vínculo com estudos de história da ciência –; e 2º) à base de historiografias já publicadas, um esboço sinóptico da própria história da Geografia. Serão, pois, seções gerais; sendo que ambas jogam o papel funcional de noticiar o estado da arte das pesquisas e reflexões acerca do desenvolvimento histórico da disciplina. Em outras palavras, nos pareceu, além de instigante, propedeuticamente essencial apresentar aos historiadores de outras disciplinas essas informações de ordem iniciática; posto que elas não apenas divulgam nossos ainda modestos feitos no campo da História das Ciências (exposição depois da qual, quem sabe, poderemos ser assistidos/avaliados por historiadores com já maior *expertise* na matéria), como também ajudam a difundir a real identidade de nosso campo científico ...contribuindo – e desejamos isso sinceramente – a corrigir a histórica inabilidade do geógrafo em dar publicidade ao seu secular *métier*. É que no senso-comum vigora, e há muito tempo, a ideia de que a Geografia (saber ornitorrinco?) lidaria essencialmente com a descrição geral/nominal de “paisagens físicas” – de rios, de relevos, de vegetações – ou “humanas” – dos dados quantitativo-demográficos aos qualitativo-culturais. Uma ciência à qual cabe preencher, com o singular e o pitoresco, almanaques e anuários. Sendo assim, a poucos pareceria possível acreditar que inclusive o geógrafo pudesse estar interessado em inspecionar seu campo investigativo pelo viés dos condicionamentos de contexto e circunstância, chamando a atenção, por exemplo, para lances e personagens de mérito transformador; ou que essa própria história pudesse ser tão rica em inflexões de paradig-

ma, a ponto de tais mudanças filosóficas podermos comparar ao verificado em ciências de histórico admirável, com o da Geologia e mesmo o da insigne Física. Tangenciarão esses assuntos, portanto, as duas seções deste artigo.

A produção brasileira nos estudos de história da ciência geográfica

A Geografia no Brasil, pelo menos sob a perspectiva de um ensino formalmente institucionalizado em universidades, pode ser considerada uma jovem ciência. Não estamos, por isso, dando relevo aqui (importância que de fato têm) às práticas literário-científicas que desde o século dezessete provam que o saber geográfico há muito é praticado por personagens da história sócio-ambiental do território – de curiosos viajantes naturalistas a missões governamentais com expresse desígnio de inventariar toda a potencialidade econômica da paisagem.

A referida juventude prova-se, então, pelo fato de que os primeiros cursos universitários brasileiros datam dos anos trinta do século vinte. Daí, como o exíguo lapso de tempo não poderia insinuar tão prontamente os estudos do tipo “o que se produziu de ciência geográfica até aqui?”, com uma ocorrência apenas tímida é que eles vieram a se manifestar. Logo, será a contar dos oitenta o mais evidente surgimento de obras com este pendore, por assim dizer, epistêmico-historigráfico. E era previsível: o já meio-século de vivências práticas encorajava, enfim, primeiros tirocínios no campo dessas verdadeiras leituras interpretativas *a posteriori*. Inauguravam-se, assim, pioneiros textos de documentação sobre o pensamento geográfico, por autores brasileiros.

Diante do fato, era de se esperar que atualmente tivéssemos à disposição obras densas, de fôlego inquisitório, destinadas a instruir sobre a evolução da disciplina, no mundo ou especialmente no país; ou seja, obras que ofertam o benefício de servirem, por exemplo, como livros-guia – manuais extremamente úteis aos cursos de formação teórica em Geografia. Isso ou, ao menos, que fossem quantitativamente mais expressivas tais obras. Isto é, nem talvez precisassem ser espessas; mas, com o fito expresse de serem panorâmicas (avaliando todo o evoluir num sobrevôo ligeiro), que pelo menos a partir de suas múltiplas ocorrências, em títulos e autores, pudéssemos desfrutar de um cardápio vasto – e, enquanto tal, próprio a nos favorecer análises ponderadas e reconsiderações críticas.

Contudo, curiosamente, assim não é. Nas últimas três décadas, obras com esse teor até foram editadas, como as de Sodré (1976), Monteiro (1980), Moraes (1981), Moreira (1983) e Andrade (1977; 1987). Mas não são muitas; e as que existem (se ainda não esgotadas) não são profundas. Temos, então, um sombrio diagnóstico: sofremos de rarefação bibliográfica em História da Geografia. E a constatação tragicamente complementar: são, além de reduzidas, reducionistas estas obras disponíveis, posto que, decorrente de textos lacônicos, seus autores

não conseguem escapar à armadilha de transmitir uma história por demais parcial. Inclusive ideologicamente. Efeito do inexpressivo número de livros-texto em língua portuguesa tem sido o amparo que professores brasileiros costumam buscar junto a edições estrangeiras; por exemplo, as em idioma também neolatino. Assim, somando-se ao algum ganho que se tem com os poucos volumes originais ou traduzidos para casas editoriais portuguesas, existem boas opções em espanhol e em francês².

Salva-nos, porém, de uma condição mais vexatória, o fato de que dos anos dois mil para cá, multiplicaram-se realmente as pesquisas e os produtos textuais que testemunham um claro interesse por parte de uma nova geração de geógrafos brasileiros: investigar o enquadramento histórico de salientes marcos ou episódios atinentes à produção do conhecimento geográfico. Estes muitos “enquadramentos”, é claro, enriquecem bastante nosso acervo de obras, e se deles ainda não derivou o “encadeamento” pelo qual surtiria o efeito de uma grande obra-síntese ou “história geral”, atenua-se a carência com essa soma de pequenas contribuições... as quais, por seu turno, contribuem ao preenchimento de um mosaico ainda em vias de ser repletado.

Algo que merece menção tem a ver com algumas iniciativas bibliográficas resultantes da reunião de pesquisas independentes. Trata-se, queremos dizer, de coletâneas de artigos ou capítulos que justificaram a concepção de “obras-veículo”; estas mesmas funcionando, por conseguinte, como vitrine de estudos e interesses recentes – conquanto heterogêneos entre si. Comprovaria isso o lançamento de revista especializada, a *Terra Brasilis* (Rio de Janeiro), a partir de 2000 (embora com nem tantos fascículos aparecidos desde então), e a edição de livros, tais como os organizados por Mendonça e Kozel (2002), por Vitte (2007) e por Godoy (2010).

Em consonância com esses empreendimentos editoriais, e com não menos poder de afirmação de um coletivo de pesquisadores recentemente imbuídos da causa teórico-historiográfica, está a organização de reuniões científicas especializadas. Elas que, decerto, foram tendo sua razão de ser à medida que os interessados no tema – vindos de setores da Geografia os mais variados, e por algum tempo apenas topando entre si em fortuitas salas de discussão temática, propostas dentro de encontros mais gerais (quando não, aliás, por mero acaso, em corredores ou *coffee-breaks*) – formaram um contingente entusiasmado e autoconsciente. Teríamos, com respeito às ocasiões tímidas ou simplesmente acidentais, o caso exemplar dos regulares *Encontro Nacional de Geógrafos* (bienais, em anos pares)

² Desde Portugal temos as razoáveis *A evolução do pensamento geográfico*, de Ferreira e Simões, 1986, e *História da geografia*, de Claval, 1995, numa tradução aparecida em 2006. E desde Espanha e França temos os excelentes *El pensamiento geográfico*, 1982, elaborado por Mendonza et al., e *Histoire de la pensée géographique*, 2006, de Deneux.

e *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia* (bienais, em anos ímpares) – em cujas edições do último decênio sempre deu-se espaço interno a “Simpósios Temáticos” (“STs”) ou “Grupos de Trabalho” (“GTs”) atraídos de alguma maneira pela discussão da História da Geografia. Poderíamos citar também o caso de simpósios mais restritos no tema, os quais, apesar de a princípio não parecerem mesmo estimular a inscrição de comunicações de cunho epistemológico-históricográfico, até chegam a reunir interessados no tema – mas, obviamente, num bem menor contingente, se compararmos àqueles encontros nacionais mais ecumênicos. Para somente ilustrar, apontaríamos aqui o *Simpósio Nacional de Geomorfologia* e o *Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. Mas dentre as reuniões propriamente especializadas, estariam o pioneiro *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, realizado em Rio Claro/SP no ano de 1999 e reeditado apenas uma década depois, em 2010, na Universidade de São Paulo, o *I Colóquio Nacional de Epistemologia da Geografia*, realizado em Curitiba/PR no de 2001, porém, infelizmente, jamais reeditado, e o *I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*, ocorrido em Uberlândia/MG no ano de 2008, e com uma segunda edição, na mesma cidade, já em 2010.

Examinando a lista e o conteúdo abreviado em resumo de trabalhos comunicados nestes colóquios e encontros, bastante facilmente chega-se a uma conclusão geral sobre que espécies de pesquisas têm definido a cena brasileira dos estudos em história e teoria geográficas – algo que doravante, neste artigo, trataremos pela sigla sumária “HTG”. Com a mesma intenção, de identificar conjuntos de trabalhos – e, por sua reunião, um “espectro temático” – de algum modo conectados aos âmbitos tradicionais da História e/ou da Filosofia da Ciência, também se pode fazer um rastreamento junto aos anais daqueles encontros bianuais de geógrafos; encontros estes, setoriais ou “babélicos”. Claro que, para o caso destes últimos, o exercício de rastrear as pesquisas afins requer maior esforço, dado que os estudos de nosso interesse podiam/podem estar tanto constando da lista de trabalhos sobre “Ensino de Geografia”, quanto do grupo de apresentações a ver com “Gestão de Recursos Naturais” ou até mesmo “Dinâmicas Territoriais Urbanas”.

A seguir, listamos as classes ou conjuntos de trabalhos que pudemos identificar. Estes trabalhos, definindo tipos gerais de temas, dariam, portanto, o design do “espectro” ou faixa de distribuição de nossa produção doméstica em HTG – se bem que, em alguns casos, o que se verifica são mesclas ou versões hibridizadas. As classes seriam:

1^a) trabalhos que relêem obras clássicas (não necessariamente escritas por geógrafos, mas das quais possam ser içados conteúdos ricos em conhecimentos geográficos);

2^a) trabalhos que inspecionam muito detidamente a obra de um geógrafo em particular (ao que parece a alternativa mais freqüente, e com o propósito de detectar o mútuo condicionamento entre “época” e “pensamento”);

3^a) trabalhos que produzem verdadeiros dossiês a propósito da difusão de correntes ou “escolas de pensamento geográfico” (sendo que a essas “*epg*’s” os autores tendem a atribuir a função, por exemplo, de terem sido ou serem veículos de disseminação de preceitos filosóficos para dentro do discurso da Geografia); e

4^a) trabalhos que fazem estudo acurado de fontes documentais que atestem o papel-chave de certas instituições (por exemplo, no fomento a ambientes muito propícios a um duplo – ou até triplo – processo: recepção, retransmissão e adaptação criativa/endógena de ideários ou modelos interpretativos).

Como se depreende, estas são classes ou tipos gerais, apenas. Deste modo, são notórios os casos ainda mais especializados, as subclasses, as pesquisas “miscigenadas” – como, por exemplo, a opção de investigar, mescladamente, as classes de tema segunda e terceira. Podem-se ter, assim, estudos muito interessantes, devotados a uma elucidação do papel jogado por determinados personagens na veiculação/propaganda de ideários, métodos e/ou teorias. Para esmiuçar um pouco melhor o que de cada uma das quatro classes acima pode derivar (enquanto “manancial”, portanto, de explorações mais específicas), destacaremos algumas de suas especialidades.

Trabalhos da primeira classe listada poderão, por exemplo, examinar o conteúdo de grandes obras da literatura brasileira, num propósito de identificar no mesmo informações de evidente cunho geográfico – direta ou indiretamente tratadas pelo escritor. Por “informações geográficas” o pesquisador entenderá toda menção feita às ambiências, nas quais se dão as cenas narradas. Sejam paisagens abertas ou recintos íntimos, se o escritor descrevê-los lhes conferindo relevância para a sucessão dos lances, a obra em questão será potencialmente um veículo de fenômenos geográficos – e, por conseguinte, passível de análise geo(historio)gráfica³. Alguns de nossos grandes marcos literários seriam, neste caso, muito férteis, mesmo porque deles se podem deduzir, além da expressividade dada ao meio ambiente, também os valores de época e respectivos imaginários; bem como ideologias ou visões de mundo de seus autores. Exemplo: os vários panoramas

³ É que as características fisionômicas do lugar podem, de algum modo, aparecer na obra condicionando as ações e comportamentos. Ademais, as venturas ou desventuras dos personagens podem insinuar que o próprio contexto socioeconômico foi decisivo para os respectivos destinos. Assim, os acontecimentos descritos numa paisagem sertaneja, serrana, campestre ou litorânea, em dada época, podem indicar o peso determinístico tanto do bioma local (com suas disponibilidades hídricas, por exemplo), quanto das relações de produção (dada a consequente divisão hierárquica do trabalho). Noutras palavras, a interação homem-meio pode aparecer sugerida no enredo a partir da narrativa de episódios de conflito, esforço por sobrevivência e/ou transformação de um cenário natural.

regionais brasileiros – dos setentrionais aos meridionais – em, digamos, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Aluisio de Azevedo, etc. (Antonio Filho, 1990; Lima, 1993; Muneratti, 1994; Giaretta, 2008; Teixeira, 2008).

Já quanto aos trabalhos da segunda classe, eles podem inclusive, a gosto do investigador, adquirir um ar quase biográfico. É que o levantamento de detalhes sobre experiências vividas pelo indivíduo e pormenores de sua formação intelectual tendem a beneficiar hipóteses explicativas para dada propensão conjuntural a uma espécie de conduta científica. Deste modo, podem surtir estudos que examinarão a afinidade de geógrafos com certas linhas de pensamento, ou até o papel-chave que possam ter desempenhado em alguma original/inédita concepção teórico-metodológica. Tais estudos, por isso, são com frequência investigações sobre o “gênio” de certos personagens e sua eventual obstinação transgressora; mas são também apurações detidas sobre a “força” com que a história social – e todas as suas vicissitudes, de ordem econômica e política – inspira, entusiasmo e mesmo determina a simpatia por essa ou aquela idéia científica. Trata-se, destarte, de uma potencial mútua interferência: dos ares da época nos entendimentos e dos feitos intelectuais nos próximos tempos⁴. A ver com esta reciprocidade, dispomos já de alguns trabalhos interessantes (Santos, 1984; Anselmo, 2000; Reis Júnior, 2003; Barros, 2008).

No que diz respeito à terceira classe mencionada, pode-se caracterizá-la por relacionar-se com modalidades de estudo relativamente mais “amplas” – aqui, a amplitude tendo muito a ver com a tarefa forçosa (e, por sinal, trabalhosa) de coordenar, no seio da mesma pesquisa, frentes de informação diversas. Não por acaso, essa classe de estudos é a das ainda pouco exploradas. Senão vejamos: uma vez que se queira produzir a historiografia de uma dada “epg”, torna-se imprescindível que o pesquisador reúna, num arranjo plenamente lógico e o mais fidedigno possível, pelo menos três encorpados conjuntos de dados: origem, des-

⁴ Por exemplo, aqueles que receberam uma boa formação em matemáticas (e sem traumas pedagógicos), devem ter sido, provavelmente, os mesmos que vieram a se aproveitar da onda quantitativa que varreria a Geografia dos anos sessenta e setenta. Logo, respirando os ares da época, alguns deles teriam encontrado uma seara confortável de pesquisa, ganhariam notoriedade por isso e retransmitiriam suas ideias. Mas um cuidado importante nesta classe de pesquisa é o de não reduzir o estudo a um trabalho em tom apologético ou imensamente biográfico. Como se trata de investigação científica, é importante revelar a história do indivíduo – ou, a evolução de seu pensamento geográfico – como sendo um caso pertencente, provavelmente, a uma tendência geral. Quer dizer, sob pena de enaltecermos exageradamente a função do “geógrafo-personagem”, convém procurar associá-la sempre aos fatores históricos que o circundaram – por mais que, talvez, até de um modo bastante singular. Detectar sim as predisposições pessoais, mas ver se elas só puderam ser exercitadas graças a uma convergência de elementos conjunturais; elementos estes que, de repente, também podem ter-se manifestado noutras partes, noutros momentos, com outros indivíduos; e indivíduos estes que, possivelmente, até conseguiram ser mais oportunistas.

tino e identidade. Pelo primeiro deles o pesquisador levanta a “genealogia” do sistema de pensamento em questão; genealogia que poderá ser a mais remota quanto queira ou consiga descobrir – por exemplo, decifrando o alicerce filosófico e os caminhos/releituras que foi percorrendo/sofrendo, no tempo e no espaço, até aportar num dado círculo nacional de geógrafos⁵. Pelo segundo conjunto, ele identifica e caracteriza o contexto deste aportamento; quer dizer, estimando todos os elementos circunstanciais que teriam tornado propícios à germinação local os novos preceitos da ciência. Por fim, pelo terceiro conjunto de dados, o pesquisador chamará atenção para eventuais peculiaridades ou idiosincrasias inerentes ao enraizamento conjuntural de dada *epg* em dado sítio – por exemplo, fazendo referência às iniciativas e aos atores locais, destacando apreensões diferenciadas, quem sabe, até então jamais havidas na matriz e noutros países precursores, e definindo que preciso atributo poderia comprovar a função de “escola” daquele grupo de atores locais investigado⁶. No Brasil também temos já alguns trabalhos dessa ordem (Holzer, 1992; Martins, 1997; Machado, 2000; Camargo e Reis Júnior, 2004; Lamego, 2006; Moura et al., 2008; Marandola Junior, 2009; Reis Júnior, 2009; Lamego, 2010).

Finalmente, a quarta classe (que está entre as duas mais exploradas) congrega trabalhos que examinarão preferencialmente a escala institucional; portanto, supra-individual. No caso da Geografia, tem atraído a atenção dos pesquisadores a história de determinadas instituições no território brasileiros – instituições estas que estiveram direta ou indiretamente ligadas a práticas intervencionistas; ou que

⁵ Para ilustrar um objeto de estudo, em linhas bem gerais: um grupo regional de geógrafos que, num dado momento, praticou vários ensaios de aplicação de certo modelo teórico, cujo uso era até então inédito na disciplina. Numa pesquisa de rastreamento histórico, pode-se descobrir que este modelo – empregando o qual o grupo adquiriu sucesso e renome – foi concebido décadas antes, num continente distinto e, a rigor, para o estudo de fenômenos biológicos. Daí, uma opção interessante neste caso fictício de estudo seria a de cogitar, dado aquele esforço de uma aliança de personagens, o surgimento circunstancial de uma nova vertente metodológica na Geografia. E, num aprofundamento investigativo, buscar a verificação de um qualificativo filosófico para este presumido novo paradigma científico. Pode-se, quem sabe, concluir que o grupo instituiu naquele dado momento uma geografia, digamos, de filiação neopositivista.

⁶ A função de “escola” poderia ser deduzida, por exemplo, pelo fato dos lugares de reunião terem tornado-se epicentro de dinâmicas, simultaneamente, “centrípetas” – atraindo geógrafos de outras regiões para ali instruírem-se sobre as “novidades” – e “centrífugas” – exportando mão-de-obra formada e novos talentos. É muito esclarecedor quando pelo estudo historiográfico o geógrafo consegue explicitar não apenas as idiosincrasias de um grupo local, mas também o quanto esta peculiaridade revelada conserva elementos genuínos da matriz paradigmática original. Por exemplo, destacando que, transposto dos Estados Unidos para o Brasil, o novo paradigma perdeu o âmbito de aplicação primeiramente concebido (estudos de dinâmica comercial urbana, digamos) sem que, ganhando novo âmbito não observado anteriormente (estudos de desenvolvimento rural), tenha suprimido a lógica inerente às teorias transplantadas (princípios de difusão espacial, que pareciam valer tanto para o fenômeno urbano quanto para o rural).

pelo menos subministraram intelectualmente tais ações políticas⁷. Neste sentido, pesquisas sobre, por exemplo, o papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, das célebres “Sociedades de Geografia” e da Associação dos Geógrafos Brasileiros compõem um mostruário de estudos germinais (Penha, 1992; Almeida, 2000; Machado, 2002; Evangelista, 2002; Pereira, 2003; Antunes, 2008).

História da ciência geográfica (panorama da evolução até o estágio atual)

Após uma sucinta apresentação das ainda módicas façanhas em estudos de HTG no país – sinopse essencialmente concentrada em informar sob que ângulos brasileiros têm desenvolvido tais estudos –, apresentaremos neste segundo corte temático uma versão descritiva para a história da Geografia. Esta versão, que está baseada em literatura estrangeira e deriva de uma pesquisa iniciada, há dois anos, junto ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, pode ser considerada “consensual”. Pois será genérica e concisa o suficiente para isso.

Quando da institucionalização da Geografia como disciplina universitária, na segunda-metade do século dezenove, na Alemanha e França, criou-se para ela um âmbito de explanações que a aproximavam grandemente das ciências naturais. O corriqueiro recurso aos expedientes metodológicos da Geologia e da Botânica atestava isso. Relatos esmiuçados, ilustrados por croquis, e ensaios taxonômicos. O âmbito, inicialmente, estava bastante bem demarcado: caracterizado pela descrição de quadros fisiográficos, de distribuições diferenciais e de usos. Ocorre que logo o âmbito seria lido sob mais de um aspecto, conforme circunstância conjuntural vivida por aqueles que dele se serviriam. Pôde-se, assim, verificar uma Geografia meramente informacional, assim como pôde-se testemunhar uma outra, teleologicamente aplicativa⁸.

O período que podemos chamar “clássico” (*L'Âge d'Or*) da Geografia tem seu florescimento em princípios do século vinte, com uma culminância entre os anos trinta e quarenta. Sua fase de amadurecimento – quando, então, já se tira

⁷ Como se pode presumir, a ligação da Geografia com o Estado e com o pensamento estratégico explica-se pela tarefa que a primeira, em tese, tem condições de cumprir: localização e caracterização de potenciais paisagísticos. Daí serem relevantes as historiografias sobre a influência que dadas congregações institucionais – já que reunindo agentes com poder de reflexão e ação peritas – tiveram nos aconselhamentos técnicos. Trata-se, portanto, de instituições que podem ter recebido o encargo dos estudos de sondagem territorial pré-intervenção. Levantamento das características pedológicas, topográficas, florísticas, hidrológicas, climáticas, etc.

⁸ Apesar de que o âmbito desta Geografia inicial fosse identificável, o fato é que ele era demasiadamente vasto. Soberbamente pretensioso até se poderia dizer. Por essa razão, não vão tardar variadas intenções dentro do largo domínio. Tanto que a literatura é discrepante na qualificação da Geografia Clássica: há quem opte por destacar o caráter diletante dos personagens que a praticaram; há quem prefira apontar o papel que a disciplina teria desempenhado para legitimar – via ideologias do pertencimento territorial e da supremacia racial – tramas geopolíticas maquinalmente engendradas.

partido dos produtos que iniciativas pioneiras haviam semeado (Sociedades de Geografia, revistas, atlas, cartas-murais) – caracteriza-se por uma, provavelmente não deliberada, cristalização de certos saberes, os quais, decerto, pareceriam ser emblemática e precisamente “geográficos”: a prática inventariante, o discurso literário, o raciocínio indutivista e o foco regional (Claval, 1998). Ao longo do período, a Geografia jogará o papel de “informar” – por exemplo, a respeito das regiões e seus recursos. Esteve, assim, previsivelmente, muito associada às esferas da tomada de decisão; e, não raras vezes, “orientando tecnicamente” ingerências imperialistas e neocoloniais.

É claro que, se considerássemos apenas a natureza geral do objeto geográfico (distribuição regional dos fenômenos à superfície terrestre), estaríamos autorizados a afirmar que a Geografia é um dos mais remotos saberes. Mesmo antes da Antiguidade clássica, esteve presente no atendimento aos imperativos da sobrevivência humana, tais como a necessidade de se localizar e de identificar os recursos disponíveis/úteis à habitação, à alimentação e ao crescimento. Mas se contabilizarmos episódios não tão exageradamente antecedentes, teremos de dizer que a Geografia Clássica surgiu há menos de cento e cinquenta anos; embora tenha se estendido por quase um século. Estará visível nos anos setenta do século dezoito e ainda cintilará nos cinquenta, do vinte⁹.

Este império clássico caracterizou-se não somente pela instituição do marco acadêmico da Geografia (em universidades alemãs e francesas), mas muito pela auto-designação de disciplina a lidar com os arranjos combinatórios da natureza. Os trabalhos do naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) e do historiador Carl Ritter (1779-1859), ambos nomes-chave na vertente germânica, atestariam isso. No entanto, toda a geografia empreendida desde então, apesar de conservada a alegação de competência, nunca atingiu realmente o fito ambicionado. Quase sempre os estudos – corporificados, por exemplo, nas *Thèses d'État*, defendidas na França –, por mais que de fato requerendo de seus autores uma formação bastante versátil, enciclopédica até, ou eram explicitamente “físicos”, e dando maior ênfase aos elementos vegetacionais, pedológicos e hidrológicos, ou eram sobretudo “humanos”, e, neste caso, privilegiando o fator sócio-cultural. Assim, de certa maneira, os primeiros estudos assemelharam o trabalho do geógrafo ao de um “geólogo-botânico”; enquanto os segundos aproximaram o le-

⁹ O fazer geográfico, ao longo da história, dirigiu atenção a dinâmicas e fenômenos respectivos a cada contexto: conhecimentos cosmográficos e mapeamento vegetacional, quando das Grandes Navegações; localização de recursos e mercados e instalação de sistemas de transporte, quando do advento das civilizações industriais e impérios neocoloniais; modelagem de fluxos (de informação, capital, trabalho), quando da intensificação da internacionalização da economia.

vantamento geográfico das etnografias antropológicas¹⁰. Bem, é certo afirmar que isto quis dizer uma formação universitária muito prolixa, de tão multidisciplinar. E a crítica, advinda em meados do século vinte, a este modelo de Geografia no final das contas pouco funcional, residia, naturalmente, no fato de que, malgrado alguns dos estudos deterem de fato uma identidade dúplice – quer dizer, reunindo tanto o fato zonal, de ordem naturalista, quanto o fato regional, de cunho antrópico –, jamais se conseguiu falar, em termos competentemente epistemológicos, da “amálgama” entre os fatos. Ou seja, quando muito, fenômenos de natureza e de sociedade eram sim contemplados, mas nunca explanados, pela via de modelos teóricos, na sua tão aventada e presumida mútua condição de reciprocidade¹¹.

Para entender o desafio que a própria Geografia Clássica criou para si – ou seja, o tratamento conjunto do “físico” e do “humano” no seio de uma mesma disciplina –, convém salientarmos melhor os atributos particulares às duas escolas nacionais mais diretamente responsáveis pela identidade geral da Era de Ouro da Geografia: Alemanha e França.

A bem dizer, os prussianos são os reais pioneiros nos estudos mais sistematizados de Geografia. Influenciados pelo ideário evolucionista corrente, tenderão a desenvolver seus trabalhos à luz do pensamento naturalista; e, por esse motivo, estarão propensos a traçar o primeiro esboço da Geografia com um olhar mais ecológico que sociológico. Porque frequentaram a produção literária de autores ligados às ciências da vida – zoólogos, por exemplo –, serão os mentores de uma geografia interessada essencialmente em tratar das interações homem-meio. Humboldt ilustra bem isso. Foi um viajante incansável, que explorou inclusive o continente americano, onde observou e registrou com minúcia a riqueza dos fenômenos naturais. A essa altura já operava intelectualmente com a ideia de que as repartições testemunhadas deviam respeitar algum princípio lógico de orga-

¹⁰ Aqui também temos um fato revelador da vastidão do domínio geográfico. Megalomania que, não por acaso, viria a ser a deformidade prevalentemente recriminada no movimento de insurreição metodológica – a acontecer, como veremos, em meados do século vinte. A Geografia Clássica, sobretudo a praticada na França, espanta qualquer historiador da ciência: um geógrafo podia se dedicar aos estudos de relevo, arregimentando princípios físicos para descrever as formas montanhosas que a Natureza esculpiu com o tempo; enquanto outro geógrafo, seu contemporâneo, formado pelos mesmos mestres, na mesma universidade, podia se dedicar ao estudo dos gêneros de vida, descrevendo as técnicas e os saberes com os quais um grupo humano arava a terra para sua subsistência.

¹¹ A Geografia Clássica foi infeliz no escopo que desenhou para si. Avançando sem pudor sobre os terrenos das ciências naturais e das ciências humanas, frustrou-se na tarefa de, ao final, propor a síntese regional dos fenômenos de natureza e de cultura. E, sem dúvida, um dos maiores impeditivos foi o descompasso entre as escalas zonal e regional – algo que, de fato, não tinha nem tem uma resolução fácil de empreender. Afinal, se a distribuição dos sistemas ecológicos (noutras palavras, o ajustamento sistêmico de solo, vegetação e clima) tinha uma certa ocorrência, e a distribuição dos agrupamentos humanos (com suas tradições herdadas e formas de exploração do meio) podiam ter outra, então não se podia sustentar uma sempre coincidência espacial entre dadas formas de natureza e dadas formas de cultura.

nização. Isso mais o fato de que a prática exploratória a que se dedicava exigia instrução plural em ciências biológicas e da terra. Cabia, então, ao olhar geográfico desvelar a ordem da natureza. Tarefa que envolvia fatalmente uma investigação municiada, diligente e desapressada. Mesmo porque o espírito científico não conseguia apreender de imediato a conjunção dos fatos naturais. Esses fatos mostravam-se sempre isolados, fazendo-se necessário, então, a recomposição do conjunto. Ainda que às vezes o dado empírico pudesse indicar o contrário, o mundo seria “um todo”, operando em harmonia. Na verdade, este pensamento geográfico incorporava, em grande medida, a filosofia romântica atribuída, entre outros, a Johann G. von Herder (1744-1803). Logo, tal resistência à concepção analítica do mundo não estaria menos presente nas entrelinhas dos escritos geográficos alemães. E a ideia de “todo harmônico” seria visível também na obra de Ritter – para quem, a exemplo de Humboldt, seria imprescindível enxergar os fenômenos por suas relações orgânicas. No caso especialmente de Ritter, o objeto a ser investigado eram as relações que os grupos humanos mantinham com os meios físicos ocupados – noção que, levada ao limite, desencadeava interpretações determinísticas. Pois que o destino dos povos, incluindo aqui o nível de evolução política que lhe seria autorizado, poderia ser visto como dependente das características locais ofertadas pela natureza. Herdou-se, então, desses dois grandes autores, o legado distintivo da escola nacional alemã: concepção de totalidade da natureza, recomendação de habilidades intelectuais multidisciplinares e interpretação causal das conexões entre homens e ambientes (Deneux, 2006).

Quanto aos franceses, eles são, a rigor, seguidores dos feitos alemães. E, tal como os vizinhos além-Reno, são avalistas de uma aproximação das ciências naturais em geral. A transmissão das ideias deu-se diretamente – o que pode ser ilustrado com o fato de Humboldt ter participado ativamente da criação da Sociedade de Geografia de Paris – ou muito indiretamente – o que, por sua vez, é exemplificado pelo fato de personagens franceses interessados em reformar os programas de geografia no ensino secundário, terem consultado *experts* que haviam tomado aulas com Ritter nos Estados Unidos. Na realidade, só houve uma dissensão entre os pensamentos alemão e francês por efeito do projeto empreendido durante a chamada Terceira República (1870-1940). Mobilizado pelas causas nacionalista e colonialista, o regime se serviria da Geografia para semear, notadamente nos ambientes escolares, os ideais da altivez e da superação. Afinal, se o país havia sido amputado de uma parcela de seu território (a região Alsace-Lorraine), o expediente de um discurso ufanista poderia insuflar os compatriotas a uma recuperação econômica. Bem, e boa parte deste ideário seria absorvido pelos geógrafos franceses, os quais produziram estudos, de certo modo, a serviço da pátria. Certamente, o efeito mais notável deste condicionamento dos france-

ses às circunstâncias acabou sendo a rejeição àquela terceira herança alemã, mencionada acima. De fato, o aspecto mais marcante da Geografia Clássica praticada na França seria a resistência a um raciocínio muito rígido, do tipo que enxergava nas paisagens relações de causa-efeito. E o próprio contexto histórico incentivava o repúdio: os reveses e infortúnios vivenciados pelo povo francês não podiam ser efeitos de um destino sentenciado pela história. A cultura os auxiliaria a, inclusive, superar entraves interpostos pela natureza (*constraints naturels*).

O interessante é que, de todo modo, conserva-se no pensamento francês um elemento originado na escola alemã; e talvez este elemento – que sofre, é claro, uma releitura na escola francesa – sirva para sintetizar o *leitmotiv* inerente ao império clássico ou Era de Ouro da Geografia. Trata-se da ideia geral de “conectividade”, a qual, entre alemães, significava inter-relação de fenômenos – ou, um arranjo coordenado que demonstrava a ordem unitária do cosmos –, e entre franceses significou combinação singular de fatos naturais e culturais. O detalhe diferenciador é que a ideia de conexão nos autores alemães os estimulava exatamente a pensar em relações deterministas; enquanto que a combinação de que falavam autores franceses – por estes considerarem impossível que se repetissem em outras partes do planeta os arranjos de fenômenos que eles estudavam num dado lugar – proibia justamente qualquer especulação que sugerisse a intervenção de princípios gerais replicáveis (Claval, 2006).

Voltando, então, ao “desafio” que a Geografia Clássica se colocou, poderíamos sentenciar: nem alemães, nem franceses tinham ferramentas para solucionar o grande enigma criado. Apesar de que os primeiros, pioneiros, estivessem mais próximos de uma ponderação teórica sobre os fenômenos, o pensamento alemão tendia a naturalizar, muito além da medida, a ocupação humana do espaço. Havia como que uma tendência a transferir para a macroescala do universo, a responsabilidade pelos eventos socioeconômicos testemunhados na microescala das nações ou regiões. Já os franceses, tendo optado deliberadamente por um juízo idiográfico, se debruçando sobre fatos tratados individualmente, sequer podiam cogitar uma explicação generalista para a interface local dos fenômenos naturais e culturais. Diante da inépcia, resultaram os tratamentos separatistas (algo de que somos herdeiros até hoje): alguns geógrafos enveredam pelos estudos do quadro físico, buscando explicações nas lógicas da natureza; outros, pelos estudos das atividades humanas, buscando pistas explicativas no comportamento social. Portanto, além da composição de exaustivos inventários documentais, a Geografia Clássica caracterizou-se também pela cisão “físico–humano”.

Paralelamente à cristalização desta geografia descritiva e inventariante em ambiente acadêmico, fixa-se também, em ambiente escolar, uma geografia que, com o tempo, ganha o significado que se foi tornando usual no imaginário co-

letivo: disciplina que noticia peculiaridades locais do globo. Etnias, idiomas, extensões territoriais, cadeias de montanha, mares e rios, tratados comerciais, dinâmicas migratórias, fenômenos meteorológicos, ... todas elas, informações que, passíveis de enumeração, constam nos manuais pedagógicos como capítulos estanques. É evidente que este papel, de disciplina escolar, foi e é imprescindível para a formação cívica das populações; e, por este aspecto, indispensável ao sentido de pertencimento à terra – construção ideológica não menos interessante aos Estados. Mas é curioso, no entanto, que tenha resistido ao tempo este imaginário junto ao *grand public*, de que saber geografia equivale a possuir um conhecimento enciclopédico sobre lugares e civilizações. É como se, apesar de ter desempenhado funções-chave em vários momentos da história, hoje a Geografia não desse ares de conseguir transcender a condição de disciplina “menor”; praticamente pouco expressiva, se comparada a outros domínios e saberes práticos. É como se, também, a despeito da ciência ter evoluído conceitual e metodologicamente nos ambientes universitários, o próprio geógrafo tivesse sido incompetente em dar publicidade aos procedimentos mais rigorosos que seu campo de investigação foi sendo obrigado a adquirir. Austeridade metodológica que transformaria decisivamente a disciplina na segunda metade do século vinte¹².

Porque conclamada a diagnosticar estados e propor readequações, a partir dos anos cinquenta a Geografia sofre aquela que foi, provavelmente, sua mais intensa *linguistic turn*. Vivia-se o fenômeno espacial da urbanização, que, dentre outras demandas, pedia às ciências sociais uma maior desenvoltura teórico-metodológica. A virada lingüística em Geografia significou, desde então, o recurso aos mais variados expedientes de sistematização: do discurso nomotético – bem representado por uma militância extraordinária em prol dos protótipos teóricos ou “modelos” – à semiologia matemática, mormente identificada no emprego de técnicas quantitativas (Christofoletti, 1982). Era a *New Geography*; ou, dita por muitos, *Theoretical Geography*. E, visivelmente, o galicismo cedia lugar ao angli-

¹² A notável serventia da Geografia, para diferentes propósitos, deu-se ao sabor das prioridades dos momentos históricos. Para ela sempre se encontrou uma finalidade. Tal processo resultou, entretanto, na incorporação e acúmulo de diversas matrizes do conhecimento; matrizes que, sem dúvida, só reforçam o caráter complexo daquilo que se foi entendendo por “geográfico”. Ainda mais que, paralelamente à difusão de certos instrumentos e práticas formalizadoras no seio da *intelligentsia* acadêmica (fossem as rotinas de campo muito análogas àquelas empregadas pelas ciências naturais experimentais – intensas no período clássico; fossem os tratamentos estatísticos instaurados pela *New Geography*), edificou-se uma Geografia de préstimos aparentes à formação escolar. Por essa razão, em muitos casos nacionais, tais como o francês e o brasileiro, a Geografia ensinada nas escolas, deliberadamente ou não, cumpriu/cumpru a função de relatar aos patrícios as fisionomias paisagísticas de sua terra. E, num estilo por vezes emocional, incitando-os a exaltarem as potencialidades inerentes – sejam as atinentes ao “humano” (povos regionais, histórico de ocupação e prosperidade socioeconômica), sejam as relativas ao “físico” (recursos hídricos, fitofisionomias, formas de relevo).

cismo. No lugar das descrições de paisagem (em francês, *paysage*), que pareciam já anacrônicas, entravam os estudos sobre organização espacial (em inglês, *spatial organization*), que aparentavam estar mais de acordo com a ideologia moderna do planejamento. O que a “Nova Geografia” pretendeu subverter foi exatamente a pecha de campo científico desprovido de parâmetros nomotéticos; isto é, um campo disciplinar que, a rigor, nem mereceria o adjetivo de científico. Por consequência dos novos reclamos e da imensa oferta de expedientes teórico-metodológicos – em alguns casos, já desfrutados pelas ciências há várias décadas (Economia, por exemplo) –, adentra o discurso geográfico um relativamente transgressor arsenal de técnicas analíticas e de modelos conceituais: cálculos matemáticos, tratamentos estatísticos, terminologias fiscalistas, biologistas e econométricas¹³.

Mas aos estertores da década dos sessenta, vozes discordantes começariam a ser ouvidas. Algumas delas, em uníssono, reivindicariam teoria, por assim dizer, “mais crítica” – apontando as contradições ou seqüelas de uma apropriação do espaço tipicamente capitalista. É que para certos geógrafos de formação marxista, modelos teóricos que falavam de dinâmicas otimizadas pareciam querer justificar, por seu ar mecanicista e de aparente inevitabilidade, toda a trama de interesses financeiros por trás das ações no espaço. Ademais, a repreensão radical também achou por bem delatar o caráter “reacionário” da *New Geography* – comprovado, segundo os críticos mais fundamentalistas, pela deliberada transposição de teorias naturalistas para o seio de uma ciência que (assim desejavam) tinha o compromisso moral de revelar injustiças sociais. E realmente isso não parecia possível de se fazer por intermédio de modelos gravitacionais, epidemiológicos ou termodinâmicos.

Ainda sobre “vozes discordantes”, houve outra, mais heterogênea e heterodoxa, que reclamaria, a partir dos anos setenta, uma Geografia transcendente aos dados meramente materiais. Era preciso ir além. Desde o século dezenove o geógrafo estava habituado a descrever a materialidade do mundo – espécimes botânicos, parques industriais, lutas de classe. Durante o império clássico concentrou-se, sobretudo no quadro natural, e tornou a Geografia algo muito próximo de uma ecologia humana. Com o advento da Geografia Teórica empenhou-se

¹³ A abstração matemática ingressava nos estudos com uma dupla e precisa finalidade: 1^a) abreviar o volume de dados de inventário em índices ou “*scores*” que tornavam mais concisas – logo, mais facilmente manipuláveis pelo tomador de decisão – as informações demográficas e econômicas sobre as regiões; 2^a) instituir uma linguagem “neutra” e equalizadora das pesquisas em Geografia – pesquisas estas que doravante poderiam ter seus resultados comparados, não restando mais reféns de um estilo redacional ímpar ou autoral. Já a utilização de modelos teóricos (muitos deles analógicos, de inspiração física ou biológica) significou a abdicação da herança francesa, pois que de certa forma restituía à disciplina uma metodologia baseada em teoria – como vimos, proposta alemã que não passou do estado embrionário.

em otimizar os usos econômicos, e converteu a disciplina numa espécie de economia espacial. Por fim, com a réplica crítico-radical denunciou mazelas e ditames políticos, alistando a ciência numa militância obcecada pela delação. Bem, em nenhum desses três casos, o geógrafo esteve interessado por questões tais como a cognição ou a afetividade. Sendo assim, esta outra voz levantada – chamada, conforme assimilações locais, Geografia “Humanística”, “Comportamental” ou “da Percepção” – rompe com a perspectiva materialista, há muitas décadas vigorando no pensamento geográfico (Johnston, 1986). Evidentemente, a ruptura se dá em graus variáveis, a depender da irreverência do ativista. Isto é, pôde surgir um geógrafo humanista preocupado em estudar os lugares por meio de narrativas de experiências ali vividas. Um geógrafo comportamental atraído pela investigação dos sentimentos de pertencimento ou perda territorial. E ainda um geógrafo da percepção absorvido em estudos sobre elos afetivos entre indivíduos e lugares. Depois do inventário de recursos naturais (tradição classicista), do planejamento estratégico das localizações produtivas (revolução teórica) e da denúncia das sequelas do modo de produção (discurso crítico), advinha a interpretação de imaginários sobre os lugares. E surgia uma espécie de geógrafo psicanalista. *Géographe humaniste* nos países francófilos; *behavioral geographer*, nos anglófilos¹⁴.

Derivada da condição de disciplina desde sempre debruçada sobre a interface natureza–sociedade, a impressão de que a Geografia mereceria talvez a qualidade de “ciência do *complexus*” não torna menos curiosa sua situação. Porque parece mesmo fácil sumariar suas qualidades num substantivo abstrato: complexidade. A Geografia clássica francesa já se valia deste tipo de evasiva, quando, pelas obras de uma tríade eminente – Paul Vidal de la Blache (1845-1918), Emmanuel de Martonne (1873-1955) e André Cholley (1886-1968) – foi-se incrustando a ideia de que, por excelência, ela lidaria com arranjos regionais, que seriam somas não-repetíveis de múltiplos fatores; da litosfera à atmosfera. Eram as “combinações” (*combinaisons*). Mas naqueles sucessivos adventos paradigmáticos, recém-mencionados, o que se viu foi o alargamento de perspectivas postas na alça de mira do geógrafo: do material-objetivo – que já induzia o profissional à comunhão teórico-metodológica com geólogos, biólogos, físicos e economistas – ao imaterial-subjetivo (levando-o a compartilhar da liturgia discursiva de antropólogos e psicólogos).

¹⁴ Diante do fato de que, com os sucessivos adventos paradigmáticos, visões de Geografia multiplicaram-se – e, como se depreende, filiados a sistemas filosóficos respectivos (positivismo clássico, positivismo lógico, materialismo histórico-dialético, fenomenologia) –, aconteceu do espectro de temas com que o geógrafo lida restar perturbadoramente vasto. Inventário de recursos naturais; análise e exploração dos mesmos; meio ambiente *versus* ação antrópica; ocupação do território; processos de urbanização (redes, circuitos); ordenamento territorial (políticas, instrumentos); mobilidade (migrações); arranjos institucionais; formação de nacionalidades; pertencimento territorial; elos de afetividade com lugares; territorialidade das práticas (étnicas, de gênero); etc.

Mas o interessante é que há idiosincrasias nítidas quando se averigua a forma como as matrizes do pensamento científico ancoram num ou noutro país. E o caso brasileiro foi emblemático em pelo menos um aspecto. Porque é certo que a Geografia num plano geral, a bem dizer, “trifurcou” a partir dos anos sessenta; noutras palavras, a contar da onda de repreensões aos métodos clássicos (seu demasiado descritivismo, sua exagerada literariedade), advieram – com um nem tão grande lapso temporal entre elas – “leituras” distintas sobre o objeto de estudo do geógrafo: uma neopositivista, uma neomarxista e outra fenomenológica (ver quadro sistemático). Ainda assim, a relativa preponderância de um matiz, por razões que, bem sabemos, a sociologia do conhecimento nos esclarece, tende a ser função de circunstâncias microescalares: instituições promotoras, indivíduos vanguardistas, etc. No Brasil, a Nova Geografia eclodiu em dois epicentros: o IBGE, no Rio, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, no interior do Estado de São Paulo. Esta incorporação nacional da revolução teórica, mais que mero câmbio linguístico, teve efeito incontestado no plano da ação do geógrafo: doravante, ele, desde que empenhado em instruir-se nas ferramentas alienígenas – empregadas/sancionadas por outros cientistas sociais, como o economista –, adquiriria a competência necessária a fornecer subsídios técnico-científicos às esferas do planejamento e da tomada de decisão (Monteiro, 1980). Entretanto, no Brasil, o fato da vertente teórico-quantitativista ter emergido justo num contexto de regime político militar, engendrou uma ambiência intelectual naturalmente propensa a “delatar” este modelo de geografia como sendo servil ao poder executivo; vindo, pois, a defender a causa de uma ciência comprometida com teorias sociológicas críticas. Definia-se, então, sem que se tenha dado tempo ao amadurecimento do juízo nomotético entre os brasileiros, um combate ao positivismo lógico que ele veiculava. Aliás, houve quem repetisse aqui que, devido a essa veiculação, a *New Geography* teria sido, na verdade, uma pseudo-renovação, ou, pseudo-revolução (Peet, 1975). “Reacionária”, numa palavra – conforme insinuaram autores estrangeiros, militantes do neomarxismo, venerados por nossos geógrafos. A emergência da chamada Geografia Radical brasileira data do fim da década de setenta, enquanto o discurso sistematicamente crítico (dela derivado) ganha força e progressivas publicidade e notoriedade ao longo dos anos oitenta.

O efeito colateral que mais se fez sentir na identidade do campo disciplinar foi, sem dúvida, a gradativa transfiguração curricular dos cursos universitários. Em não poucos casos, Departamentos de Geografia que antes integravam Institutos de Geociências – num âmbito, portanto, de convivência com ciências experimentais e exatas – passaram a ser abrigados em Institutos de Ciências Humanas ou Faculdades de Filosofia e Letras. É claro que isso significava transladar o mes-

mo estranho “ornitorrinco” de um lugar para outro: se a vizinhança geológica pudera achar exótico os colegas lidarem, com suposta igual desenvoltura, com o temário sociocultural, à nova vizinhança sociológica não soaria com menor estranheza o novo inquilino ser capaz de trazer ao argumento a lógica de processos atmosféricos. De todo modo, se a disciplina ainda guardaria, na retina do olhar “de fora”, essa embaraçosa identidade dúplice – herdada, como vimos, da Era de Ouro –, na visão do “lado de dentro”, foi-se consolidando uma visão de geografia do discurso ideológico. No Brasil, em especial, a vertente neomarxista foi a que soube se expandir mais eficientemente. E é, por assim dizer, a “vitoriosa” nos ambientes universitários (Quadro 1) e (Quadro 2).

Considerações finais

Neste artigo buscamos essencialmente expor à comunidade de historiadores da ciência as realizações que certo contingente de geógrafos brasileiros já empreendeu no âmbito dos estudos epistêmico-historiográficos; ou estudos de “HTG”. Este contingente, embora dando sinais de ampliação, é por ora ainda pequeno se considerarmos a dimensão nacional do coletivo desses cientistas. Não por acaso, resulta do mesmo fato uma visível lacuna bibliográfica; uma malograda condição de insuficiência de documentos textuais em idioma vernáculo. É que o estoque de produções bibliográficas, conquanto em vias de constituir um razoável acervo, não parece ter encorajado até o momento obras, digamos, “mais audaciosas”, no sentido de, simultaneamente, tratar de uma “História Geral da Geografia”, mas escapando da comodidade de uma leitura sintética por demais. Conseqüentemente, somos ainda órfãos de livros-texto mais instrutivos, apesar de que pelo menos os estudos tópicos – como os que enunciámos no primeiro corte temático – sejam eles próprios (porque desenvolvidos em pesquisas de Mestrado e Doutorado) satisfatoriamente profundos.

A versão que apresentamos de uma história geral é ela também, aqui, assaz abreviada. Isto é, nós mesmos não escapamos, nesta circunstância, de um *design* acanhado. Por outro lado, entendemos que ele cumpre, neste artigo, a função preestabelecida de divulgar aos leitores não-geógrafos um panorama que, a despeito de breve, é fiel à literatura corrente e convém para mostrar-lhes a curiosa evolução por que passou o discurso geográfico em pouco mais de um século.

Quadro 1 – Escolas de Pensamento Geográfico 1 (caracterização geral)

Matriz (características)	Sistema Filosófico	Enquadramento Histórico	Autores & Obras	
		Demanda	cena mundo	cena brasileira
GEO. CLÁSSICA trabalho de campo estudo monográfico recurso às ciências naturais idiografia (excepcionalismo)	<i>Positivismo Clássico</i> empirismo indutivismo monismo metodológico independência dos objetos objetividade (o concreto)	<ul style="list-style-type: none"> • Cientismo; • expansionismo territorial; • revoluções industriais; • neo(colonialismo) 	A. von Humboldt (1769-1859) 1845: <i>Kosmos: entwurf einer physischen weltbeschreibung</i> K. Ritter (1779-1859) 1817: <i>Die erd kunde im verhältnis zur natur und geschichte des mensch en</i> P. Vidal de la Blanche (1845-1918) 1903: <i>Tableau de la géographie de La France</i> R. Hartshorne (1899-1992) 1939: <i>The nature of geography</i>	D. de Carvalho (1884-1980) 1913: <i>Geografia do Brasil</i> A. de Azevedo (1910-1974) 1952: <i>Regiões e paisagens do Brasil</i>
GEO. TEORÉTICA matematização estudo de padrões (modelagem) recurso às ciências naturais racionalidade econômica	<i>Positivismo Lógico</i> rigor linguístico dedutivismo (apriorismo) monismo metodológico objetividade (o prático)	<ul style="list-style-type: none"> • pós-Guerra; • revolução urbana; • políticas de planejamento; • <i>Welfare State</i> 	F. Schaefer (1904-1953) 1953: <i>Exceptionalism in geography: a methodological examination</i> W. Bunge 1962: <i>The retical geography</i> R. Chorley 1962: <i>Geomorphology and general systems theory</i> I. Burton 1963: <i>The quantitative revolution and theoretical geography</i> B. Berry 1964: <i>Cities as systems within systems of cities</i> P. Haggett 1965: <i>Locational analysis in human geography</i>	S. Faissol (1923-1997) 1972: <i>Teorização e quantificação em geografia</i> A. Christofolletti (1936-1999) 1976: <i>As características da nova geografia</i>
GEO. RADICAL denúncia da injustiça recurso a teorias críticas	<i>(Neo)marxismo</i> materialismo histórico e dialético ideal de emancipação relação tecnologia/ capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Guerra Fria; • “Terceiro Mundo”; • independentismos; • crise ambiental; • direitos civis 	J. Blaut 1970: <i>Geographic models of imperialism</i> D. Harvey 1973: <i>Social justice and the city</i> R. Peet 1975: <i>Inequality and poverty: a marxist-geographic theory</i> Y. Lacoste 1976: <i>La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre</i>	M. Santos (1926-2001) 1978: <i>Por uma geografia nova</i> R. Moreira 1982: <i>O que é Geografia?</i>
GEO. HUMANÍSTICA espaço como construção simbólica recurso às ciências cognitivas	<i>Fenomenologia</i> subjetivismo; psiquismo consciência ativa (intencionalidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização e crises; • novos conflitos territoriais; • diásporas contemporâneas; • “qualidade de vida” 	Yi-Fu Tuan 1974: <i>Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values</i> A. Buttimer 1976: <i>Grasping the dynamisms of lifeworld</i> E. Relph 1976: <i>Place and placelessness</i> A. Frémont 1976: <i>Région, espace véau</i>	L. de Oliveira 1977: <i>Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica</i> O. Amorim Filho 1987: <i>Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano</i>

Fonte: Produção própria

Quadro 2 – Escolas de Pensamento Geográfico 2 (caracterização geral)

Matriz Geográfico	Estrutura Metodológica		Domínio		Fragilidades
	Linguística	Operacional	Matéria	Estudo Aplicado	
Clássico	<i>paysage milieu genre de vie combinaison distribution</i>	<ul style="list-style-type: none"> • descrição (inventários; estilo literário) • classificação (tipologias) • monografias (estilo etnográfico) • retrospectiva histórica 	LOCALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO (Onde?)	→ características gerais das fisionomias naturais ou paisagens culturais (comparação/diferenciação areal)	NARRATIVAS PICTÓRICAS SINGULARIDADES (<i>unicqueness</i>)
Teorético	<i>spatial organization environment model pattern locational analysis planning system</i>	<ul style="list-style-type: none"> • modelagem • quantificação (índices, hierarquia) • análise sistêmica 	IDENTIFICAÇÃO, PREDIÇÃO (O quê? Como?) ↓ dedução	→ padrões e formas espaciais (como resultantes da operação de leis universais) (sugestão de estratégias de intervenção)	GENERALIZAÇÃO EXCESSIVA (<i>homo oeconomicus</i>) DETERMINISMO ECONÔMICO
Radical	território <i>establishment</i> injustiça espacial apropriação <i>adj.</i> <i>inequality, inégalité</i>	<ul style="list-style-type: none"> • recurso discursivo (análise histórica, política) • análises de condições (indicador socioeconômico) • periodização 	DENUNCIÇÃO, SUBVERSÃO (Por quê? Para quem?)	→ processos de aliciamento de homens/instituições (como agentes que cooperam para reprodução de lógica acumuladora) (incitação à resistência, ao combate)	JULGAMENTO MORAL DETERMINISMO POLÍTICO
Humanístico	percepção, cognição espaço vivido <i>(lifeworld, espace vécu)</i> lugar, indivíduo topo(fobia/filial/cídio) <i>placelessness</i>	<ul style="list-style-type: none"> • recurso à literatura • enquetes • pesquisas participantes • “mapas mentais” 	INTERPRETAÇÃO, READEQUAÇÃO (Por quê? Como?) ↓ reparação	→ imaginários concebidos pelos indivíduos a respeito dos lugares (como denotadores de graus de valorização e carências) (revelação de elos afetivos, empatias)	BAIXO POTENCIAL DE GENERALIZAÇÃO REDUCTIONISMO ESCOLAR (indivíduo, lugar)

Fonte: Produção própria

Referências Bibliográficas

- Almeida RS. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período de 1938-1998: uma relação entre documento e memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- Andrade MC. *Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*. 1977. v(54): 5-28.
- Anselmo RC. *Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everaldo Adolpho Backheuser*. Rio Claro (SP): UNESP, 2000.
- Antonio Filho FD. *O Pensamento Geográfico de Euclides da Cunha: uma avaliação*. Rio Claro (SP): UNESP, 1990.
- Antunes CF. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): origens, idéias, experimentações e transformações: notas de uma história da geografia brasileira*. Niterói (RJ): UFF, 2008.
- Barros NC. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. *Estudos Avançados*. 2008. v(62): 317-333.
- Camargo JC; Reis Júnior DF. Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil. *Geografia*. 2004. v(29): 355-382.
- Christofoletti A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: Christofoletti, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL; 1982. p.11-36.
- Claval P. *História da Geografia*. Lisboa: 70, 2006.
- _____. *Histoire de la Géographie Française: de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan, 1998.
- Deneux JF. *Histoire de la Pensée Géographique*. Paris: Belin, 2006.
- Evangelista HA. A Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. *Revista Geopaisagem*. 2002. v(1): 1-24.
- Ferreira CC; Simões NN. *A Evolução do Pensamento Geográfico*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- Giaretta LA. *Monteiro Lobato e o Sítio do Picapau Amarelo: uma análise do pensamento geográfico*. Rio Claro (SP): UNESP, 2008.
- Godoy PR. *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- Holzer W. *A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

- Johnston RJ. *Geografia e Geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945*. São Paulo: DIFEL; 1986.
- Lamego M. *Positivismo Lógico e Geografia: uma interpretação da relação entre o Círculo de Viena e a geografia quantitativa*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- _____. *Práticas e Representações da Geografia Quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- Lima ST. A paisagem sertaneja de Guimarães Rosa no romance Grande Sertão: Veredas. *Encuentro de Geógrafos de América Latina*. 1993. v(4): 307-312.
- Machado LO. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis: Revista de História do Pensamento Geográfico*. 2000, v(2): 11-31.
- Machado MS. *A Geografia Universitária Carioca e o Campo Científico-Disciplinar da Geografia Brasileira*. São Paulo: USP, 2002.
- Marandola Junior EJ. Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em geografia. *Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. 2009, (2): 1-16.
- Martins ER. *Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico*. São Paulo: USP, 1997.
- Mendonça F; Kozel S. *Elementos de Epistemologia da Geografia*. Curitiba: UFPR, 2002.
- Mendonza JG; Jiménez JM; Cantero NO. *El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos: de Humboldt a las tendencias radicales*. Madrid: Alianza, 1982.
- Monteiro CA. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: USP, 1980
- Moraes AC. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- Moreira R. *O Que é Geografia?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Moura R; Oliveira D; Lisboa HS; Fontoura LM; Geraldi J. Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. 2008 v(786) [acesso: 2011 Out 19]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-786.htm>
- Muneratti E. *Atos Agrestes: uma abordagem geográfica na obra de Graciliano Ramos*. São Paulo: USP, 1994.

- Peet R. Inequality and poverty: a marxist-geographic theory. *Annals of the Association of American Geographers*. 1975. v(65): 564-571.
- Penha EA. *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- Pereira SL. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. São Paulo: USP, 2003.
- Reis Júnior DF. *O Humano pelo Viés Quantitativo: um exame do (neo)positivismo em Speridião Faissol, através da leitura de textos selecionados*. Rio Claro (SP): UNESP, 2003.
- _____. Quantit(ativistas) no interior paulista: narrativa metodológica. *Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. 2009. v(2): 1-18.
- Robic MC; Tissier JL; Pinchemel P. *Deux Siècles de Géographie Française: une anthologie*. Paris: CTHS; 2011.
- Santos W. *A Obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação*. Rio Claro (SP): UNESP, 1984.
- Sodré NW. *Introdução à Geografia: geografia e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- Teixeira AL. O cortiço e a organização espacial do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. *Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*. 2008. v(1).
- Vitte AC. *Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Data de Recebimento: 10/12/2011 Data de aprovação: 19/03/2012 Conflito de Interesse: Nenhum Declarado Fonte de Fomento: Nenhum Declarado
